

O turismo na tradição antropológica brasileira

Roque Pinto*

Universidade Estadual de Santa Cruz (Brasil)

Resumo: Pretende-se aqui discutir as causas históricas do subdimensionamento do turismo como objeto de investigação no campo sócio-antropológico brasileiro, tanto no âmbito da sua tradição acadêmica, marcada desde sempre por um perfil simultaneamente aplicado e militante, quanto na perspectiva da importância sociológica e econômica da atividade turística para o país, isto é, procura-se problematizar, nas aproximações entre turismo e antropologia no Brasil, o *gap* entre a relevância econômico-cultural do primeiro e seu respectivo interesse acadêmico, bem como avaliar suas consequências no tempo.

Palavras-chave: Antropologia, Turismo, Brasil

Tourism in Brazilian anthropological tradition

Abstract: Intends here to discuss the historical causes of the undersizing of tourism as a subject of research in the Brazilian socio-anthropological field, both within the your academic tradition – marked by a simultaneously applied and activist profile – as the perspective of the sociological and economic importance of tourism to the country. Seeks to problematize the links between tourism and anthropology in the Brazilian context, and especially the gap between the economic and cultural importance of the tourism and the respective academic interest by the Brazilian anthropology as well as evaluate its consequences in time.

Keywords: Anthropology, Tourism, Brazil

1. A lente antropológica e os enfoques locais

Num livro bastante referido no meio acadêmico James Peacock (2005) utiliza uma metáfora óptica para situar a Antropologia: tratar-se-ia de um campo de conhecimento cuja lente de investigação e interpretação se vale da luz forte e do enfoque suave.

Sem embargo, considerando a classificação de Stocking (1983), a antropologia praticada no Brasil estaria no rol das “antropologias de *nation building*”, em oposição às “antropologias de *empire building*”, onde se situariam as matrizes britânica e francesa, de algum modo reiterando o panorama descrito por Gerholm e Hannerz (1982), de um “continente da antropologia internacional”, correspondendo ao eixo América do Norte/Europa do Norte, contraposto a “arquipélagos” maiores ou menores que gravitam ao seu redor.

Assim, verifica-se que as diversas tradições acadêmicas são moldadas por seus respectivos entornos histórico-políticos, que por sua vez definiriam seus enfoques, lançando luz sobre tal ou tal problematização e delineando uma hierarquia de objetos de interesse que, no caso brasileiro, é claramente marcada pelas questões étnicas, raciais, religiosas e político-institucionais, seguidas pelos estudos de gênero, saúde e segurança pública, problemas que se inscrevem diretamente na dupla valência militante e institucional característica da Antropologia desenvolvida no Brasil¹.

Obviamente que esse viés se define e se desenvolve numa tensão entre o universalismo teórico-metodológico, por um lado, e um particularismo ontológico e deontológico, por outro, tendo como o grande eixo norteador a própria ideia de projeto e construção do nacional, portando uma perspectiva político-estratégica delimitada pelos compromissos institucionais e pelas lealdades acadêmicas que

* Professor Adjunto de Antropologia na Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus, Brasil). E-mail: roquepintosantos@gmail.com.

vão dar corpo às abordagens teóricas e dar forma aos critérios de seleção dos objetos de investigação, numa tensão entre a universalidade disciplinar e as peculiaridades (políticas, religiosas, étnico-raciais e identitárias) do “sub-continente brasileiro”, num frágil equilíbrio entre o universalismo e o particularismo, muitas vezes resvalando, como indicam alguns autores, para um discurso “neo-orientalista” (Peirano, 1980; Velho, 2006 e 2008).

2. Antropologia e Projeto Nacional

As Ciências Sociais no Brasil, em seu sentido estrito, começam a se institucionalizar a partir da década de 1930, na esteira do grande projeto de nação que vai tomando corpo desde o século XIX, com a diretriz mais ou menos definida de ser um suporte interpretativo da sociedade, provendo uma abordagem científica que explicasse a singularidade nacional, que oferecesse respostas pragmáticas aos problemas do presente e que desenhasse o país do futuro (Melatti, 1990; Velho, 2008; Pinto, 2010)².

Assim, entre as décadas de 1930 e 1950 se desenvolve uma interpretação do mundo social brasileiro segundo um amálgama de um conjunto de disciplinas hoje pensadas como independentes, como a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, a História, a Psiquiatria, a Arqueologia e, de carta forma, a Literatura e a Filosofia (Peirano, 2005).

A Antropologia brasileira, inscrita no modelo canônico dos estudos etnológicos de grupos indígenas, apropriava-se de temas considerados sociológicos, e sociólogos procuravam dar respostas a problemas nacionais investigando contextos empíricos que seriam tradicionalmente atribuídos à antropologia, segundo indica Mariza Peirano (2000)³.

Desse modo configurou-se um panorama em que sociólogos e antropólogos coexistiam no mesmo espaço acadêmico e em grande medida dividindo os mesmos objetos de investigação, sempre dentro das fronteiras nacionais e encapsulados numa experiência acadêmica concentrada pelo isolamento do idioma, pela dimensão política (que nunca se apartou da agenda e da *práxis* das ciências sociais brasileiras), e pela exigência de um alto grau de refinamento teórico como condição de existência para a manutenção e ampliação dos espaços de poder.

Para Roberto Cardoso de Oliveira (1988a), a Antropologia brasileira se desenvolveu dentro de uma matriz disciplinar composta por quatro grandes modelos epistemológicos: o paradigma racionalista, orientado pela *École Française de Sociologie*; o paradigma estrutural-funcionalista, derivado da *British School of Social Anthropology*; o paradigma culturalista da *American Historical School of Anthropology*; e o paradigma hermenêutico, dissolvido no que chama, genericamente, de antropologia interpretativa (quadro 1).

Quadro 1. Matriz Disciplinar da antropologia brasileira

Tempo \ Tradição	Intelectualista	Empirista
Sincrônico	I Paradigma Racionalista "Escola francesa"	II Paradigma Estrutural-Funcionalista "Escola britânica"
Diacrônico	IV Paradigma Hermenêutico "Antropologia Interpretativa"	III Paradigma Culturalista "Escola estadunidense"

Fonte: Roberto Cardoso de Oliveira, 1988a.

De acordo com Mariza Peirano (2006, 51), no Brasil “a noção durkheimiana de diferença, mais do que o exotismo, chamou a atenção dos antropólogos onde e quando eles encontraram um ‘outro’, sancionando, assim, a ideia de que a influência francesa foi bem mais forte que a herança germânica”, predominando o senso pragmático orientado pela *École Française de Sociologie*, com a negação do interesse pelo mero exótico, sendo, como ressalta o próprio Durkheim, “a religião e as formas extintas de civilização” objetos de interesse não pelo simples desejo de “contar suas extravagâncias e singularidades”, mas sim pela

afirmação do compromisso científico das ciências sociais com a explicação de uma realidade imediata, “capaz de afetar nossas ideias e nossos atos.” (Aron, 1997; Durkheim, 2001).

Tem-se, portanto, nesse panorama, que a seleção da alteridade no contexto da antropologia brasileira é enformada pelos seus limites estratégicos estabelecidos dentro de interesses acadêmicos e políticos definidos numa pauta cujos critérios são marcadamente inscritos num “nacionalismo metodológico” – definido como a maneira pela qual conceitos e medidas nas Ciências Sociais são constrangidos pelo Estado-Nação.

De fato, com a geração de antropólogos brasileiros formados pela missão francesa capitaneada por Lévi-Strauss, a Antropologia institucionaliza-se com os pioneiros que, segundo Peirano (2000), eram verdadeiros “trapezistas sem rede de proteção”, imersos num amplo projeto de modernização do país e submetidos a um grande volume de acúmulo teórico e técnico por parte dos professores europeus convidados a ensinar no Brasil. Daí a profissão de fé dos antropólogos em “analisar, compreender e, assim, transformar a sociedade brasileira” (Costa Pinto e Carneiro, 1955, 24).

3. O evitamento do turismo pela Antropologia

Não é algo específico ao Brasil o evitamento do turismo por antropólogos não é algo específico ao Brasil, e a história da disciplina bem o demonstra, a despeito da atuação de grandes investigadores nesta temática e da óbvia relação entre turismo e processos sociais, identitários, econômicos, políticos, ecológicos e simbólicos (Urry, 1999; Pereiro, 2009; Santana Talavera, 2009; Pinto e Pereiro, 2010; Pinto 2012a).

Com efeito, alguns autores radicam a hostilidade dos antropólogos em relação ao turismo pelo fato deste ser um objeto “tardio” e eminentemente “ocidental”, como também porque as Ciências Sociais o capturou inicialmente com um olhar impregnado pelo senso-comum, como algo “bom ou ruim” (Nash, 1996). Incluindo aí toda uma gama de preconceitos arraigados (figura 1). Ou como disse van den Berghe:

“A julgar pelo sorriso irônico que meus colegas trazem na cara à mera menção do turismo, a maior parte dos cientistas sociais não tomam o tema seriamente... a maioria deles considera que um interesse profissional pelo turismo constitui pouco mais que uma estratégia inteligente para gozar de umas férias como se estivesse trabalhando.” (van den Berghe, 1994, 3-4 *apud* Leah Burns, 2004, 6).

Figura 1. O evitamento do turismo pela antropologia. Baseado em Burns, 2002.



Do mesmo modo, alguns autores hoje referenciais nos estudos sobre o turismo, como Leiper ou Valene Smith, também indicaram terem sido desencorajados a trabalhar com o tema no começo das suas carreiras (Crick, 1992). Yamashita reconheceu que, quando realizava seu primeiro trabalho de

campo entre os Toraja de Sulawesi, na Indonésia, “porque queria estudar apenas a cultura tradicional, [via] a presença de turistas como uma monstruosidade... quando tirava fotografias [se] assegurava de excluí-los da objetiva da câmara.” (Yamashita, 2003, 6, citado por Hernández Ramírez, 2006, 30).

Registre-se que após esta experiência o pesquisador japonês passou a ter em conta a importância do turismo no campo de trabalho, o que o levou a cotejar seu objeto segundo um marco mais amplo e dinâmico no contexto Toraja, considerando o próprio turismo como um relevante fator de mudança social e, portanto, sumamente importante no âmbito das suas investigações no terreno.

A objeção velada de que o turismo seria algo próximo demais das sociedades ocidentais (ou mesmo a transplantação de uma parte desta para as sociedades receptoras), implicando numa redução a um grau mínimo de *alteridade* – distanciamento cultural que se crê imperativo para a captura em “perspectiva” do objeto –, parece replicar o mesmo argumento de desqualificação sofrida pelos primeiros antropólogos que começaram a trabalhar no contexto empírico do Mediterrâneo:

“A antropologia só é antropologia se for realizada distintivamente, no estrangeiro, em condições desagradáveis, em sociedades muito diferentes do tipo de local onde [o antropólogo] poderia ir passar férias. Não é raro encontrar, pelo menos em Inglaterra, antropólogos retrógrados que transmitem claramente o seu sentimento de superioridade: os mediterrânicos não estão sujeitos a uma desorientação cultural total, tal como a que reclamam ter sofrido, beneficiando com ela, aquelas que trabalharam em África ao sul do Saara ou na Nova Guiné.” (Davis, 1977, 7 *apud* Pina Cabral, 1991, 46 [grifos meus]).

Mutatis mutandis, além da desqualificação dos estudos do turismo pela proximidade do objeto (em que pese a vasta e profícua literatura etnográfica e teórica sobre a antropologia urbana), alguns dos preconceitos referentes ao estudo do tema dizem respeito à ideia de que esta atividade levaria à destruição do “objeto antropológico”, isto é, à desagregação de sociedades e ao desmantelamento de tradições pelos bárbaros modernos.

A esse respeito, é ilustrativo o relato de Hernández Ramírez (2006, 31) sobre sua experiência acadêmica: “uma de minhas estudantes de doutorado me comentou que uma amiga sua, também aluna de antropologia, ao saber que aquela ia cursar estudos de turismo, a contestou, enojada: ‘você vai trabalhar a favor do inimigo?’”. Tem-se aí a clara expressão de uma extemporânea síndrome do bom selvagem, tal qual se referem Boissevain (1977) e Crick (1992):

“Os antropólogos, com um sentido possessivo de *sua* gente e uma ideia supersimplificada da cultura tradicional, vêm com receio a mudança social e as hordas de intrusos ocidentais que *lhes criam dificuldades*. O antropólogo que se lamenta dos danos do turismo, expressando sua simpatia pela população autóctone e hostilidade pelos turistas é, dessa perspectiva, uma voz rousseuniana queixando-se da fácil vitória da civilização ocidental sobre as formas de vida tradicionais.” (Crick, 1992, 348-349 [grifos do autor]).

Outro aspecto relacionado a essa negação reside na assertiva de que muitos antropólogos consideram o turismo um campo de investigação pouco respeitável para o sério estudioso da cultura, pelo fato deste estar vinculado ao ócio e ao prazer (Swain, 2000) e por ser uma atividade frívola, desimportante e burguesa (Nash, 1996), para a qual não se deveriam demandar recursos para investigá-la ainda que muitos etnógrafos tivessem encontrado acidentalmente turistas ao longo dos seus trabalhos de campo e talvez numa frequência tal que, em nome de algum rigor científico, certamente justificaria sua presença no cenário etnográfico (Simonica, 2001; Pinto 2012b).

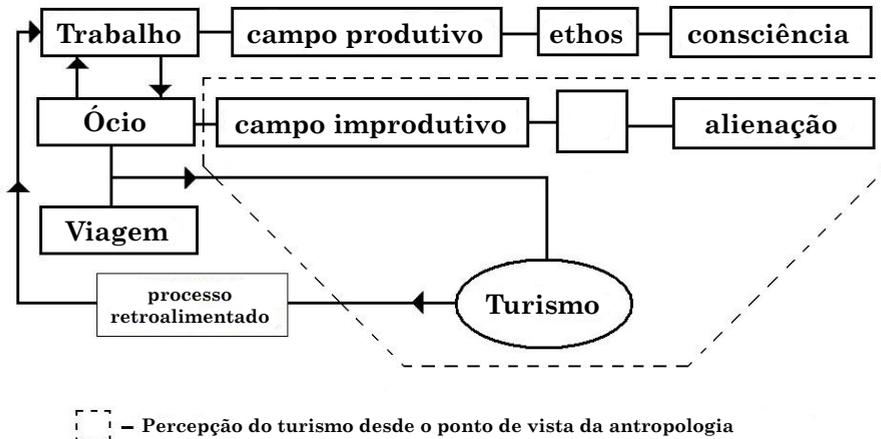
Além disso, o evitamento do antropólogo em relação ao turista diz respeito ao fato de que o primeiro tenderia a considerar a si próprio como um intrépido trabalhador de campo e, desse modo, procuraria a todo custo não ser confundido com o turista (Nash, 1996; Burns, 2002), muito embora, ironicamente, seja relativamente comum que as populações locais classifiquem antropólogos e turistas dentro de uma mesma categoria (Núñez, 1963)⁴.

Outro fator ainda relacionado com esse tema diz respeito ao que Hernández Ramírez (2006, 33) chama de “dualidade de atividades, espaços e tempos hierarquizados”: as bases epistemológicas (moderna e industrial) donde se forjam as ciências sociais são fortemente marcada pela ideia do *trabalho* como um elemento basilar da organização social⁵, isto é, o trabalho como um catalisador moral, um agente que produz a percepção de realidade, consciência e identidade (figura 2).

Dentro dessa ótica, por oposição, o ócio (incluindo aí o turismo como uma das possibilidades do seu “uso”), seria o “lado de fora”, o espaço de “fuga da realidade” cotidiana, marcado pelo jogo, pela

fantasia e pela alienação e, portanto, no limite, dentro desta perspectiva se teria um espaço-tempo identitariamente estéril.

Figura 2. A percepção do turismo pela antropologia. Elaboração própria.



Desse modo, não só o ócio e o consumo se definiriam por uma negação: tudo aquilo que *não seria* o trabalho (modelo e molde das identidades cotidianas), como também estariam relegados à posição de meros epifenômenos dependentes do campo “produtivo”,

“o que leva alguns pensadores a sustentarem que a experiência no espaço e no tempo não produtivo não contribuiria para modelar a identidade social, mas sim acentuar a alienação, porque esta forma de ócio, considerada não criativa, caracteriza-se pelo consumo passivo e porque sua função terapêutica evidencia a dependência estrutural da esfera laboral” (Hernández Ramírez, 2006, 34).

De fato, essa perspectiva dicotômica que opõe o tempo consumido pelo trabalho compulsório ao tempo consumido voluntariamente com o lazer (Dumazedier, 1979; Pinto, 2011) tende a atribuir ao ócio um caráter instrumental e acessório ao trabalho, segundo uma perspectiva compensatória (repor no lazer o que é retirado pelo trabalho), utilitarista (função reparadora, voltada para o aumento da produtividade no trabalho), moralista (de prevenção contra práticas ilícitas) e romântica (Gronau, 1977; Oliveira, 2004; Almeida e Gutierrez, 2004).

Lafargue (2001, 160) relaciona, inclusive, a supressão dos santos católicos pelo protestantismo às “novas necessidades industriais e comerciais da burguesia”: com a finalidade de reduzir os 90 dias de descanso popular anuais (52 domingos e 38 feriados), segundo o autor, a nova ordem puritana “tirou todos os santos do céu para abolir suas festas na terra”.

Contudo, essa dicotomia não é uma unanimidade e não encontra eco nas formulações de alguns autores (Elias e Dunning, 1992; Huizinga, 1999) que advogam por uma perspectiva hedonista como melhor estratégia para a compreensão do lazer e da estrutura social como um todo, apontando a importância do lazer tanto nos processos de socialização e formação – portanto, na urdidura de significados sociais – quanto no de manutenção da dinâmica social.

No entanto, em que pesem as diversas querelas e divergências teórico-acadêmicas sobre o tema, o grande motor e divisor de águas nos estudos sistemáticos sobre o turismo será o entendimento por parte dos planejadores de políticas públicas da sua importância econômica, sobretudo, que levará ao fomento da sua institucionalização no âmbito acadêmico (Jafari, 1994; Velasco González, 2005) e, conseqüentemente, a um salto quantitativo e qualitativo da produção acadêmica sobre o tema.

Segundo Jafari (2005), verifica-se um interesse crescente da comunidade acadêmica sobre o turismo tanto no ensino quanto na investigação e, particularmente, na formação (conhecimento de natureza

empírica e em geral adquirido na ambiência de trabalho) e na educação (aprendizado formal, sistemático e de base intelectual) de quadros para o serviço especializado na atividade turística. Tanto num caso, baseado na técnica, quanto no outro, que prevê um maior grau de abstração, o sistema turístico como um todo vem se beneficiando do acúmulo de conhecimento gerado nas últimas décadas (Smith and Brent, 2001; Burns, 2002; MacCannel, 2003; Tribe, 2004).

E, nesse sentido, além da multiplicação dos centros de ensino e de obras especializadas especialmente a partir da década de 1990, destacam-se como fitos importantes para a consolidação dos estudos sobre o turismo (a) a circulação publicação revistas científicas em vários continentes e em fluxo constante, o que permite a rapidez da circulação de informações atualizadas e o acúmulo de conhecimento qualificado; (b) o surgimento de grupos de investigação multidisciplinares; e (c) eventos internacionais cíclicos, que possibilitam o intercâmbio entre especialistas que atuam em distintos contextos, além de fomentar o estabelecimento de uma comunidade multidisciplinar que pode contribuir com diferentes aportes disciplinares.

Vale notar que o desenvolvimento da institucionalização do turismo conta com poderosas forças operacionais em simbiose com os centros de formação, investigação e ensino, que são as organizações governamentais que atuam nos níveis regional, nacional e internacional, citando-se como exemplo emblemático de agência intergovernamental de fomento à atividade a Organização Mundial do Turismo, filiada às Nações Unidas.

4. O turismo como um anti-objeto na Antropologia brasileira

Em que pesem o notável crescimento quantitativo e qualitativo da Antropologia *no e do* Brasil, coetâneo à diversidade cada vez maior de objetos apreciados pela disciplina, tem-se uma importante defasagem relativamente ao turismo, que pode ser atribuída a alguns fatores, uns mais gerais outros específicos ao contexto brasileiro (Pinto, 2010).

Se o turismo enquanto objeto ainda é visto por parte do “continente internacional” das tradições antropológicas como algo frívolo e desimportante, esta percepção é ainda mais aguda no contexto brasileiro, posto que, de antemão, o turismo seria *de per se* um objeto destituído de qualquer correspondência com um comprometimento político, tanto no sentido de uma resposta às grandes questões estruturais nacionais, quanto de filiação militante a grupos subalternizados ou minoritários^A.

Num país de altíssima concentração de renda e que nunca foi uma rota significativa do turismo internacional, a atividade turística é percebida ou como algo fútil, esnobe e restrito a um *happy few* privilegiado quase descolado da “sociedade real”, ou como uma prática amena, ornamental e espontânea que não geraria efeito algum nos âmbitos econômico e social. E, em ambos os casos, significaria um não-objeto, um fenômeno indigno de investigação séria em meio a tantas demandas sociais urgentes num país com as características do Brasil.

Dessa forma, raramente o turismo figura como área temática contemplada em editais oficiais de financiamento de pesquisas acadêmicas. Por outro lado, uma das principais agências de fomento à ciência no Brasil, a Capes^A, tem um ranqueamento baseado em áreas de conhecimento que não se tocam: o turismo compõe uma área formada por ele próprio mais administração de empresas e contabilidade. Já antropologia está em outra área junto com arqueologia.

Na prática, salvo algumas combinações específicas, um antropólogo que publica num periódico de turismo não pontua em antropologia. Ou seja, o próprio sistema desencoraja a atuação de cientistas sociais nos estudos e pesquisas a respeito do turismo no Brasil.

Contudo, vale indicar que há pelo menos uma década a Associação Brasileira de Antropologia vem acolhendo a temática do turismo e das viagens em Grupos de Trabalho no âmbito das suas reuniões bianuais. Nesses encontros são notadas duas atitudes quase que padronizadas: numa delas as comunicações apresentadas no GT sobre turismo são *spin-offs* de um trabalho “principal”, geralmente ligado a religião, peregrinação, indigenismo ou compesinato; noutra, investigadores que têm se dedicado mais especificamente ao tema do turismo procuram outras vias de penetração/interlocução acadêmica reforçando aspectos e objetos “clássicos” nos seus estudos, direcionando-os para onde se encontram as linhas de financiamento dos órgãos oficiais de apoio à pesquisa (CAPES e CNPq, em âmbito nacional, e agências estaduais de fomento), geralmente ligadas às temáticas indígena, racial, de gênero, à questão urbana, de arranjos produtivos no contexto rural, preservação ambiental, etc.

Se, por um lado, é evidente nas práticas turísticas inscritas no vasto contexto empírico brasileiro adaptações e derivações que de certo modo se remetem a uma matriz acadêmico-antropológica – com

uma ampla oferta, dentro da segmentação do mercado turístico mais geral, de produtos “étnicos” e “culturais” e da patrimonialização como emblema demarcatório de autoridade e autenticidade –, por outro é também notável que o turismo enquanto objeto antropológico, no Brasil é, via de regra, confinado a uma dimensão marginal, muitas vezes diluído em estudos sobre religião ou etnicidade, anotando-se um restrito contingente de antropólogos que se dedicam integralmente à temática turística, proporcionalmente ao conjunto de profissionais atuantes no país.

Desse modo, se o tema do turismo na antropologia brasileira, por um lado, parece não ser ignorado por completo, por outro o *locus* que este ocupa no âmbito da comunidade de antropólogos se restringe a um espaço mínimo, situado nas franjas do campo acadêmico, gerando perdas inestimáveis para a compreensão dos processos cada vez mais complexos que envolvem a atividade turística no país e suas conexões com as relações culturais, os deslocamentos humanos, a religião, a ritologia e o jogo de identidades que permeiam o tecido social.

Bibliografia

- Almeida, M. de e Gutierrez, G.
2004 “Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas.” *Conexões*, 2(1). P. 48-62.
- Aron, R.
1997 *As etapas do pensamento sociológico*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Boissevain, J.
1977 *Tourism and Development in Malta*. *Development and Change*, n. 8. P. 523-538.
- Burns, P.
2002 *Turismo E Antropologia: Uma Introdução*. São Paulo: Chronos.
- Cardoso de Oliveira, R.
1988a “A Categoria da (Des)Ordem e a Pós-Modernidade na Antropologia.” In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. P. 91-107
- Costa Pinto, L. A., e Carneiro, E.
1955 *As Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: CAPES.
- Crick, M.
1992 “Representaciones del turismo internacional en las ciencias sociales: sol, sexo, paisajes, ahorros y servilismos”. In: Jurdao Arrones, F. (Comp). *Los Mitos del Turismo*. Madrid: Endimiión. P. 339-404.
- Davis, J.
1977 *People of the Mediterranean*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Dumazedier, J.
1979 *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva.
- Durkheim, E.
2001 *Introdução ao Pensamento Sociológico*. São Paulo: Centauro.
- Elias, N. e Dunning, E.
1992 *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel.
- Galani-Moutaffi, V.
2000 “The Self and the Other: Traveler, Ethnographer, Tourist.” *Annals of Tourism Research*, 27(1). P. 203-224.
- Gerholm, T. e Hannerz, U.
1982 “Introduction: The Shaping of National Anthropologies”. *Ethnos*, 42. P. 5-35.
- Gronau, R.
1977 “Leisure, Home Production, and Work-the Theory of the Allocation of Time Revisited”. *The Journal of Political Economy*, 85(6). P. 1099-1123.
- Guimarães, V.
2008 “A Sociologia e os Estudos do Turismo: algumas divagações”. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL - Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008.
- Hernández Ramírez, J.
2006 “Producción de Singularidades y Mercado Global. El estudio antropológico del turismo”. *Boletín Antropológico*, 24(66). P. 21-50.

- Huizinga, J.
1999 *Homo Ludens. Perspectiva*: São Paulo.
- Jafari, J.
1994 “La Cientificación del Turismo”. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 3 (1). P. 7-36.
- Jafari, J.
2005 “El Turismo como Disciplina Científica”. *Política y Sociedad*, 42(1). P. 39-56.
- Lafargue, P.
2001 “Um Dogma Desastroso”. In: De Masi, D. *A Economia do Ócio*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Leah Burns, G.
2004 “Anthropology and Tourism: Past Contributions and Future Theoretical Challenges”. *Anthropological Forum*, 14 (1). P. 5-22.
- Maccanell, D.
2003 [or. 1976] *El Turista. Una Nueva Teoría de la Clase Ociosa*. Barcelona: Melusina.
- Melatti, J. C.
1990 “A Antropologia no Brasil: Um Roteiro”. In: *O que se Deve Ler em Ciências Sociais no Brasil*, vol. 3. VVAA. São Paulo: Cortez/ANPOCS. P. 123-211.
- Nash, D.
1996 *Anthropology of Tourism*. New York: Pergamon.
- Núñez, T.
1963 “Tourism, Tradition, Acculturation: Weekendismo in a Mexican Village”. *Ethnology*, 2(3). P. 347-352.
- Oliveira, C. de.
2004 “Sobre Lazer, Tempo e Trabalho na Sociedade de Consumo”. *Conexões*, 2(1). P. 20-34.
- Peacock, J.
2005 *La Lente Antropológica*. Madrid: Alianza Editorial.
- Peirano, M.
2000 “A Antropologia Como Ciência Social no Brasil”. *Etnográfica*, 4(2). P. 219-232.
- Peirano, M.
2005 “A Guide to Anthropology in Brazil”. In: Poole, D. (Ed.). *Companion to Latin American Anthropology*. New York: Blackwell.
- Peirano, M.
2006 *A Teoria Viva e Outros Ensaios de Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pereiro, X.
2009 *Turismo Cultural. Uma Visão Antropológica*. El Sauzal: Pasos Edita.
- Pina Cabral, J. De.
1991 *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa: Difel.
- Pinto, R.
2010 “Um Silêncio Ensurdecedor: O turismo como um Objeto Ausente na Antropologia Brasileira”. *Adra. Revista dos Socios e Socias do Museo do Pobo Galego*, v. 5. P. 153-172.
- Pinto, R.
2011 “Rito, Cambio Cultural y la Naturaleza Cíclica del Turismo”. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 20, p. 1144-1153.
- Pinto, R.
2012a “Tourism, Trade and Cocoa: Politics and Tourist Space in Ilhéus, Brazil”. In: Valença, M.; Cravido, F. and Fernandes, J. *Urban Developments in Brazil and Portugal*. New York: Nova Science Publishers, p. 353-369.
- Pinto, R.
2012b “O Turismo e suas Fronteiras Culturais”. *Turis Nostrum*, 1(1). P. 1-22.
- Pinto, R. e Pereiro, X.
2010 *Turismo e Antropologia: Contribuições para um debate plural*. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, v. 1. P. 447-454.
- Santana Talavera, A.
2009 *Antropologia do Turismo: Analogias, Encontros e Relações*. São Paulo: Aleph.
- Simonica, A.
2001 *Antropologia del Turismo: Strategie di Ricerca e Contesti Etnografici*. Roma: Carocci.
- Smith, V. & Brent, M., (orgs).
2001 *Hosts and Guests Revisited: Tourism Issues of the 21st Century*. New York: Cognizant Communication.

- Stocking, G.
1983 "Afterword: a View from the Center". *Ethnos*. 47(1). P. 172-186.
- Swain, M. B.
2000 "Anthropology". In: Jafari, J. *Encyclopedia of Tourism*. Routledge. P. 23-26.
- Tribe, J.
2004 "Knowing about Tourism: Epistemological Issues". In: Philmore, J. & Goodson, L., *Qualitative Research in Tourism: Ontologies, Epistemologies and Methodologies*. New York: Routledge. P. 46-62.
- Urry, J.
1999 *O Olhar do Turista: Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel/Sesc.
- Van Den Berghe, P.
1994 *The Quest for the Other: Ethnic Tourism in San Cristóbal, Mexico*. Seattle: University of Washington Press.
- Velasco González, M.
2005 "¿Existe la Política Turística? La Acción Pública en Materia de Turismo en España (1951-2004)". *Política y Sociedad*, 42(1). P. 169-195.
- Velho, O.
2006 "The Pictographics of Tristesse: An Anthropology of Nation Building in the Tropics and its Aftermath". In: Lins Ribeiro, G. & Escobar, A. (Orgs.), *World Anthropologies: Disciplinary Transformations within Systems of Power*. Oxford, New York: Berg. P. 261-279.
- Velho, O.
2008 "A Antropologia e o Brasil, Hoje". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66). P. 5-9.
- Yamashita, S.
2003 *Bali and Beyond. Explorations in the Anthropology of Tourism*. New York-Oxford: Berghahn Books.

Notas

- 1 Trata-se de uma inferência mais genérica e empírica, que carece de dados apurados, mas que à primeira vista pode ser verificável, por exemplo, nos sumários dos periódicos nacionais mais importantes e nos Grupos de Trabalho das reuniões bianuais da Associação Brasileira de Antropologia.
- 2 De acordo com os autores que tratam do tema, os problemas que poderiam ser identificados na *nationalbildung* brasileira se encontravam em vários "fronts": a questão indígena nas regiões central e norte do país diante das frentes de expansão no âmbito do alargamento das "fronteiras nacionais" (e cuja inflexão do ponto de vista acadêmico se dará na década de 1950 com o projeto *Harvard-Brazil Central*, sob o comando de Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis); a questão racial e das religiões de matriz africana no âmbito urbano, especialmente nas regiões nordeste e sudeste; a questão da integração de grupos indígenas "aculturados" (ou a transformação de *indígenas em indigentes*, nas palavras de Lévi-Strauss), "misturados" à sociedade nacional em zonas urbanas ou peri-urbanas; a questão da imigração tardia europeia e asiática no eixo sul-sudeste do país, dentre outros temas-problemas.
- 3 Florestan Fernandes, um dos sociólogos mais influentes no Brasil e um nome central na sociologia da Universidade de São Paulo (USP), defendeu sua tese de doutoramento, em 1952, intitulada "*A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*", um trabalho onde se mescla uma análise sociológica funcionalista com uma perspectiva histórica dentro de um rigoroso inventário etnográfico e etnológico.
- 4 Para cotejar uma aproximação entre a prática etnográfica, os discursos do turismo e as narrativas de viagem ver Galani-Moutaffi, 2000.
- 5 A ideia de trabalho é o fundamento da solidariedade orgânica durkheimiana (derivada da divisão do trabalho social) e da conformação da ética protestante, em Weber. E em Marx funciona como o antiplástico que dá nexos a todo o seu esquema teórico.

Recibido: 14/10/2014
Aceptado: 03/12/2014
Sometido a evaluación por pares anónimos